

RELATÓRIO ANUAL

DA

DIRETORIA EXECUTIVA

EXERCÍCIO DE 2012

SUMÁRIO

1. ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	3
2. APRESENTAÇÃO.....	4
3. EVENTOS RELEVANTES OCORRIDOS NO DECORRER DO EXERCÍCIO.....	4
4. PARTICIPANTES.....	5
5. ATIVOS LÍQUIDOS DOS PLANOS (RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS, FUNDOS E PROVISÕES)	6
6. RECEITA DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS.....	7
7. APURAÇÕES DOS RESULTADOS – VALORES ACUMULADOS.....	8
8. INVESTIMENTOS	8
9. PATRIMÔNIO SOCIAL E RESULTADOS APURADOS NO EXERCÍCIO DE 2011.....	10
10. RENTABILIDADE DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS	10
11. DESPESAS ADMINISTRATIVAS.....	12
12. AÇÕES JUDICIAIS (REFLEXOS)	13
13. GLOSSÁRIO.....	14
14. AGRADECIMENTOS	12

1. ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Diretoria Executiva

Diretor	Cargo	Mandato
José Ernestino Maciel Souza	Diretor Superintendente	06/01/2010 a 05/01/2014
José Gomes da Silva Sobrinho	Diretor Financeiro	10/01/2013 a 31/12/2016
Mônica Maria Bomfim Cruz	Diretora Adm. e de Seguridade	22/08/2012 a 21/01/2016

Conselho Deliberativo

Mandato: até 02/06/2013

Membros Efetivos:

- Antônio Augusto Lucas Vivarini (Presidente);
- Rodrigo Moura de Andrade (substituto eventual da Presidência);
- Shirley Nogueira Santos;
- Joelsa Menezes Cardoso;
- Débora dos Anjos.

Membros Suplentes:

- Ana Paula Cardoso Barbosa;
- Rinaldo Solera;
- Jéferson Pereira Dias;
- Maria da Glória Santos Santana.

Conselho Fiscal

Mandato: até 02/06/2013

Membros Efetivos:

- Marco Antônio Pinheiro Flores (Presidente);
- Brunno Margato Clemente (substituto eventual da Presidência);
- Antônio Fernandes dos Santos.

Membros Suplentes:

- Paulo Rollemberg Garcez Vieira;
- Ramirez Modesto Figueiredo;
- Marco Antônio Silva Gonzaga.

Patrocinadores:

- Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.
- Instituto Energipe de Seguridade Social – INERGUS.

2. APRESENTAÇÃO

O Instituto Energipe de Seguridade Social – INERGUS vem apresentar aos seus participantes ativos e assistidos e à Patrocinadora-Instituidora - Energisa Sergipe, as principais atividades desenvolvidas no Exercício de 2012.

3. EVENTOS RELEVANTES OCORRIDOS NO DECORRER DO EXERCÍCIO

3.1 - Comitê de Investimentos

Criado em 2011, o Comitê de Investimentos tem proporcionando um melhor monitoramento dos recursos destinados à aplicação, nos segmentos de renda fixa, renda variável, investimentos imobiliários, empréstimos e demais modalidades operacionais disponíveis no mercado financeiro, viabilizando, ainda, o plano de aplicação de recursos da Entidade dentro das melhores práticas de governança corporativa, em consonância com a legislação que rege a matéria.

O Comitê é composto por três membros, sendo um representante da Empresa de Consultoria Financeira e de Riscos, um Profissional do mercado financeiro e pelo AETQ.

O Comitê possui natureza consultiva, competindo-lhe propor as condições operacionais da Política de Investimentos e subsidiar a Diretoria Executiva do INERGUS, sempre que solicitado, nas tomadas de decisão sobre definição de estratégias de investimentos, seleção de ativos, aprovação das condições de investimento, contratação e substituição de gestores/administradores e custodiantes, bem como sobre a realização de investimentos não tradicionais.

O Comitê avaliou as Políticas de Investimento para o período 2013 – 2017, elaboradas pela Consultoria RiskOffice, as quais foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo do INERGUS em reunião realizada em 26 de dezembro de 2012.

3.2 – Políticas de Investimentos

As Políticas de Investimentos estabelecem princípios e diretrizes para serem seguidos na gestão dos recursos da Entidade, recursos esses que correspondem às reservas técnicas, fundos e provisões. Os princípios e diretrizes visam atingir e preservar o equilíbrio atuarial e a solvência dos Planos de Benefícios, buscando garantir ao longo do tempo a segurança, liquidez e rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos e passivos dos planos procurando, ainda, evitar a exposição excessiva a riscos.

As Políticas de Investimentos compreendem todos os itens previstos no Capítulo V da Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN, nº 3.792, datado de 24 de setembro de 2009. O horizonte é de sessenta meses, conforme especifica a Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC, nº 7, de 4 de dezembro de 2003.

3.3 - Demonstrações Atuariais

A PREVIC, através da Instrução Previc nº 09, de 14 de dezembro de 2010, alterada pela Instrução Nº 1, de 27 de janeiro de 2012, fundamentada nos artigos 22 e 23 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, aprovou os procedimentos e instruções para o preenchimento das Demonstrações Atuariais – DA dos planos de benefícios administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar, relativamente ao Exercício de 2012.

As Demonstrações Atuariais foram desenvolvidas para o cadastro e envio anual dos estudos atuariais dos Planos de Benefícios de Previdência Complementar à PREVIC, de forma a analisar o nível de reservas e a situação financeira e atuarial do Plano. Atuarialmente são analisados os métodos, hipóteses e dados do Plano de forma a constatar se há superávit ou déficit técnico, ou seja, se os Benefícios previstos em Regulamento podem ser pagos da forma como o Patrimônio do Plano está evoluindo.

3.4 – Planos administrados pelo INERGUS

O INERGUS conta com três planos de benefícios: Plano de Origem – BD-1, Plano Saldado INERGUS - PSI e o Plano de Contribuição Definida - PCD.

No sistema de previdência complementar brasileiro, o valor de benefícios pagos supera as contribuições vertidas aos planos de benefícios pelos patrocinadores, instituidores, participantes e assistidos.

Para o Plano de Origem – BD-1, e para o Plano Saldado INERGUS - PSI, as contribuições previdenciais vertidas ficaram abaixo do valor dos benefícios pagos, enquanto que para o Plano de Contribuição Definida – PCD, as contribuições previdenciais superaram o valor pago a título de devolução de cotas.

3.5 – Governança Corporativa

A Entidade deu continuidade ao cumprimento das diretrizes emanadas da Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC, nº. 13, de 01 de outubro de 2004, a qual diz respeito aos princípios e regras e às práticas de governança e gestão de controles internos, cumprindo plenamente junto aos órgãos fiscalizador e regulador, aos participantes, à Patrocinadora e aos Conselhos Deliberativo e Fiscal. A Entidade já dispõe do Relatório de Avaliação de Riscos e Controles Internos, como resultado do primeiro ciclo de autoavaliação de riscos e controles, de acordo com indicações de melhores práticas de gestão de riscos e controles internos e as orientações e designações da Resolução nº 13 do CGPC e alinhamento à Recomendação nº 2/2009 que dispõe sobre a adoção da Supervisão Baseada em Riscos (SBR), no âmbito da Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

4. PARTICIPANTES

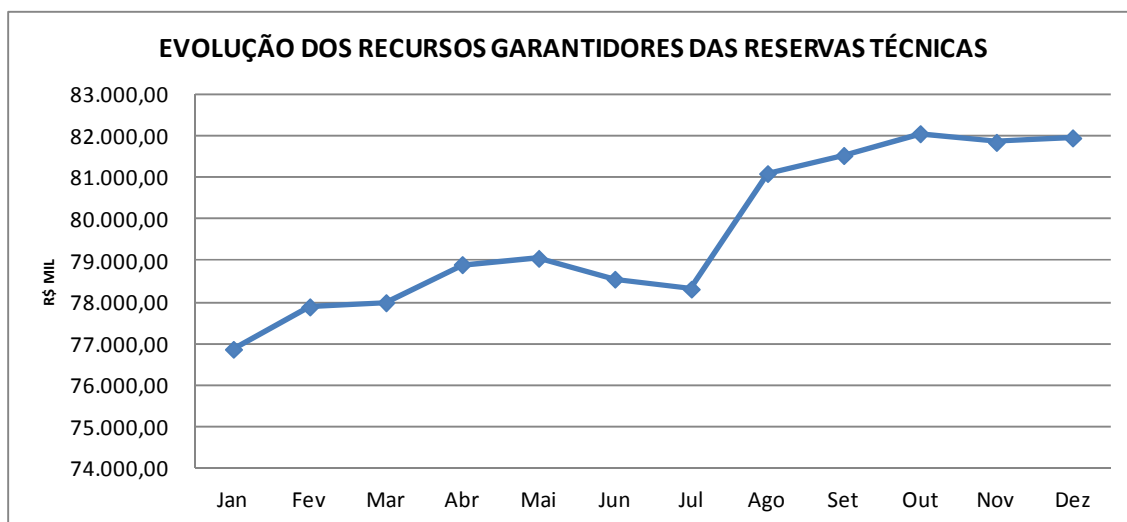
O INERGUS encerrou o Exercício de 2012 com o seguinte quadro de participantes ativos, assistidos (aposentados e pensionistas), comparativamente ao exercício anterior:

DESCRIÇÃO	DEZEMBRO/2012			DEZEMBRO DE 2011		
	BD-1	PSI	PCD	BD-1	PSI	PCD
Ativo (1)	75	590	534	87	655	577
Assistido	360	20	0	358	8	0
Pensionista	98	2	0	96	2	0
TOTAL	533	612	534	541	665	577

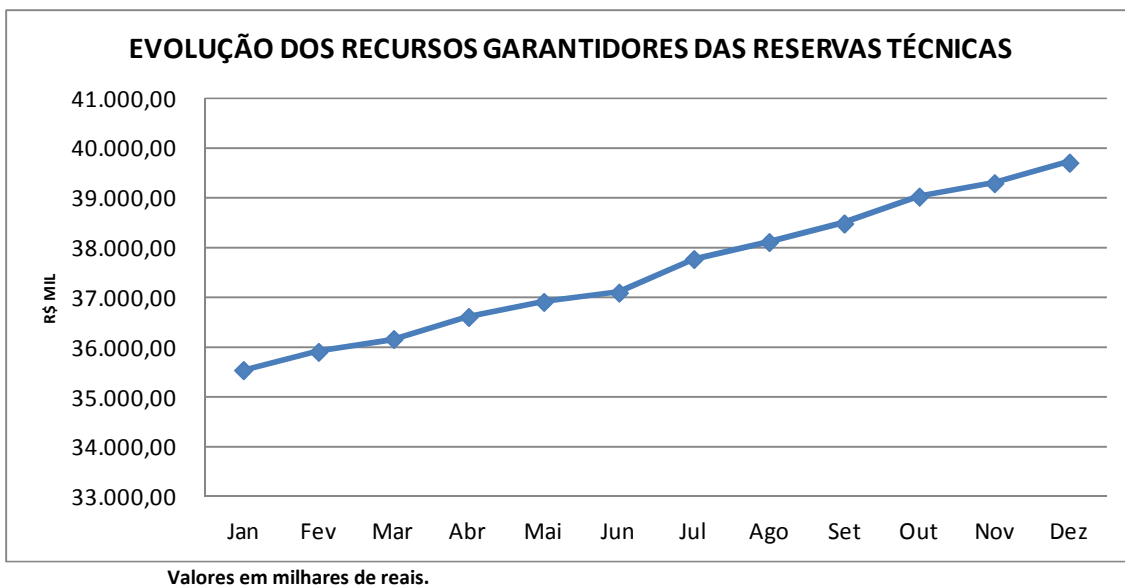
5. ATIVOS LÍQUIDOS DOS PLANOS (RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS, FUNDOS E PROVISÕES)

Os gráficos abaixo representam a evolução dos Ativos do INERGUS – Recursos Garantidores das Reservas Técnicas, Fundos e Provisões - destinados à cobertura dos benefícios oferecidos pelo plano, as quais correspondem à diferença entre os Ativos dos Planos e os Exigíveis Operacionais.

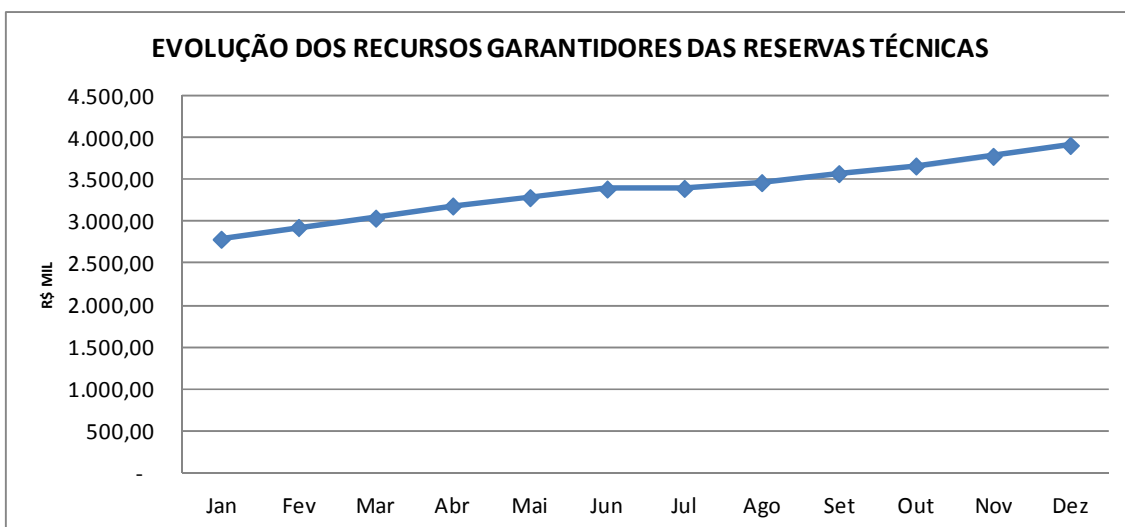
PLANO BD-1



PLANO PSI



PLANO PCD



6. RECEITAS DOS PLANOS E BENEFÍCIOS PAGOS, POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Abaixo, apresentamos o detalhamento das origens dos recursos, benefícios pagos, por plano de benefícios:

	PLANOS		
	BD-1	PSI	PCD
ENTRADAS	8.546,51	3.869,30	1.588,30
CORRENTES	2.045,11	457,86	1.584,14
Patrocinador	895,21	457,86	910,32
Participantes	975,01	-	589,72
Autopatrocinaados	16,50	-	0,06
Provisões s/ Contribuição 13º	158,40	-	84,06
Recursos de Contrib. Contratadas	5.795,31	3.211,90	-
Outras Adições	706,09	199,54	4,15
(-) SAÍDAS	(9.758,64)	(696,85)	(418,70)
Benefícios de Prestação Continuada	(9.549,05)	(537,88)	-
Aposentadorias	(7.328,47)	(484,51)	-
Pensões	(1.103,50)	(10,73)	-
Auxílios Doença	(354,05)	-	-
Provisões para Abono Anual	(763,03)	(42,65)	-
Benefícios de Prestação Única	(80,97)	-	-
Institutos (Devolução Reserva Poupança)	(57,01)	(154,98)	(260,96)
Outras Deduções	(71,61)	(3,99)	(157,74)
(+/-) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE CONTINGÊNCIAS	(1.469,24)	-	-
(+/-) COBERTURA/REVERSÃO DE DESP. ADMINISTRATIVAS	(382,32)	(252,18)	(218,44)
(+) RESULTADO POSITIVO DOS INVESTIMENTOS	7.769,80	1.609,39	290,15
(+/-) CONST./REVERSÃO DE PROVISÕES ATUARIAIS	(570,30)	(3.844,27)	(1.042,18)
(+/-) CONST./REVERSÃO DE FUNDOS 3	-	-	(62,22)
RESULTADO	4.135,82	685,39	136,90

Receitas dos Planos, Benefícios Pagos e Apuração dos Resultados por Plano de Benefícios – Acumulado Dezembro/2012.

7. APURAÇÕES DOS RESULTADOS – VALORES ACUMULADOS

APURAÇÃO DE RESULTADOS

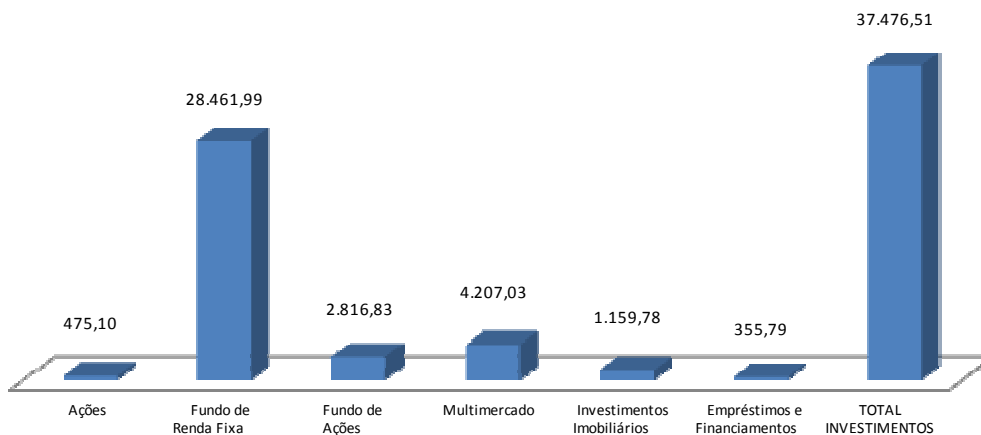
(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO/PLANOS DE BENEFÍCIOS	BD-1	PSI	PCD
Ativo Total	84.050,96	39.876,77	4.226,68
(-) Exigível Operacional	(159,45)	(8,60)	-
(-) Exigível Contingencial	(1.917,84)	-	-
(-) Provisões Matemáticas	(81.852,03)	(38.255,27)	(3.906,90)
(-) Fundos Previdencial / Administrativo	(17,58)	(155,28)	(319,78)
(=) Superávit / Déficit Técnico Acumulado	104,06	1.457,62	-

8. INVESTIMENTOS

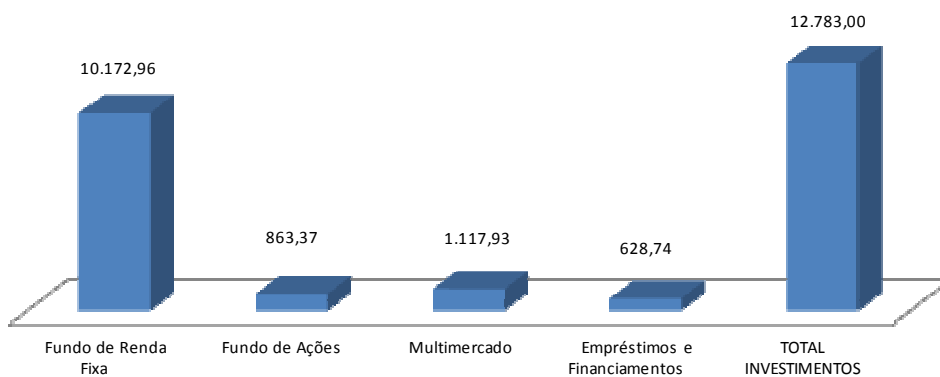
Os investimentos da Entidade ficaram assim distribuídos, por planos de benefícios, no final do Exercício de 2012:

DETALHAMENTO DOS INVESTIMENTOS PLANO BD-1



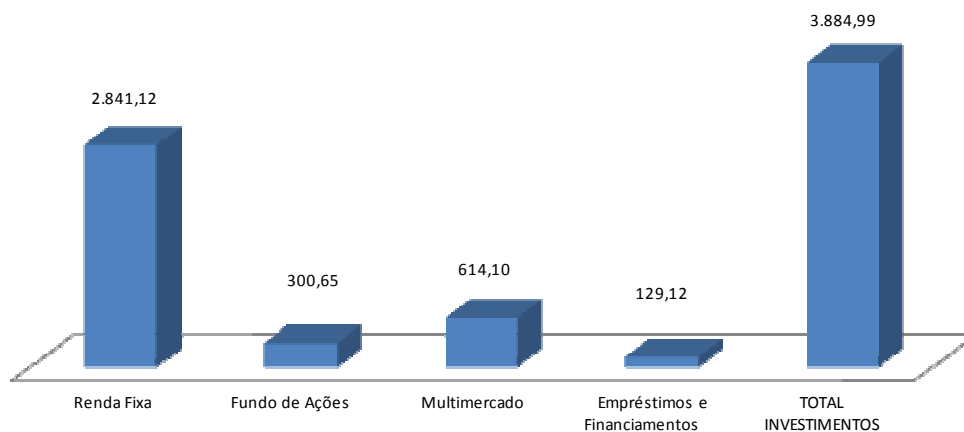
Valores em milhares de reais

DETALHAMENTO DOS INVESTIMENTOS PLANO PSI



Valores em milhares de reais

DETALHAMENTO DOS INVESTIMENTOS PLANO PCD



Valores em milhares de reais

9. PATRIMÔNIO SOCIAL E RESULTADOS APURADOS NO EXERCÍCIO DE 2012

O Patrimônio Social compreende da cobertura do plano e os fundos segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos. Demonstramos ainda o equilíbrio técnico dos planos.

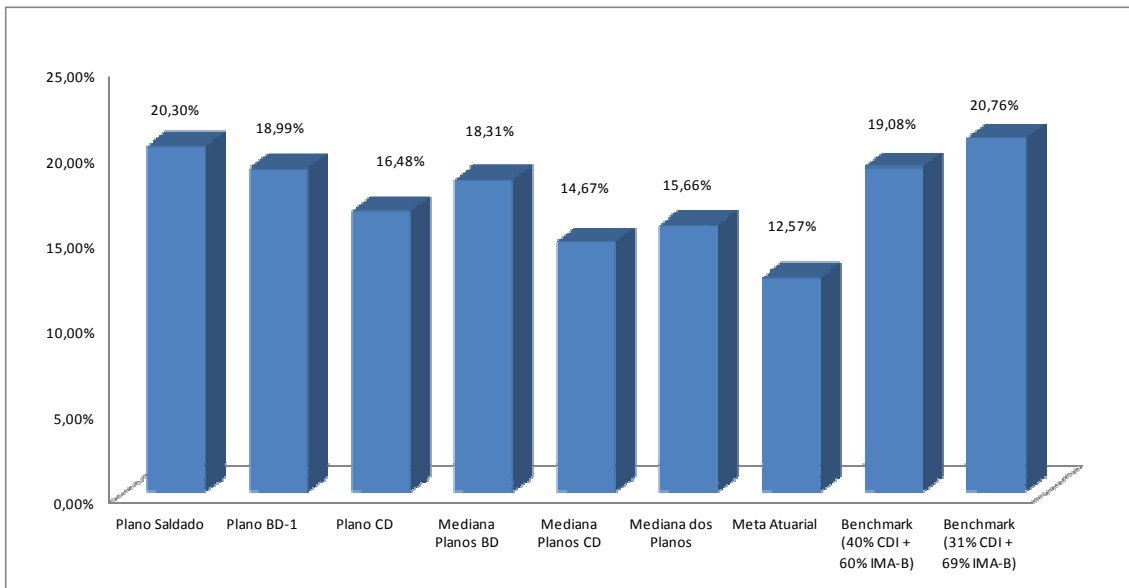
(em milhares de reais)

Descrição da Conta	BD-1	PSI	PCD
PATRIMÔNIO SOCIAL	81.973,66	39.868,17	4.226,68
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	81.956,09	39.712,90	3.906,90
PROVISÕES MATEMÁTICAS	81.852,03	38.255,27	3.906,90
Benefícios Concedidos	79.426,82	7.833,20	-
Benefícios a Conceder	2.425,22	30.422,07	3.906,90
EQUILÍBRIO TÉCNICO	104,06	1.457,62	-
Resultados Realizados	104,06	1.457,62	-
Superávit/Déficit Técnico Acumulado	104,06	1.457,62	-
FUNDO ADMINISTRATIVO	17,58	155,28	122,78
FUNDO PREVIDENCIAL	-	-	197,00

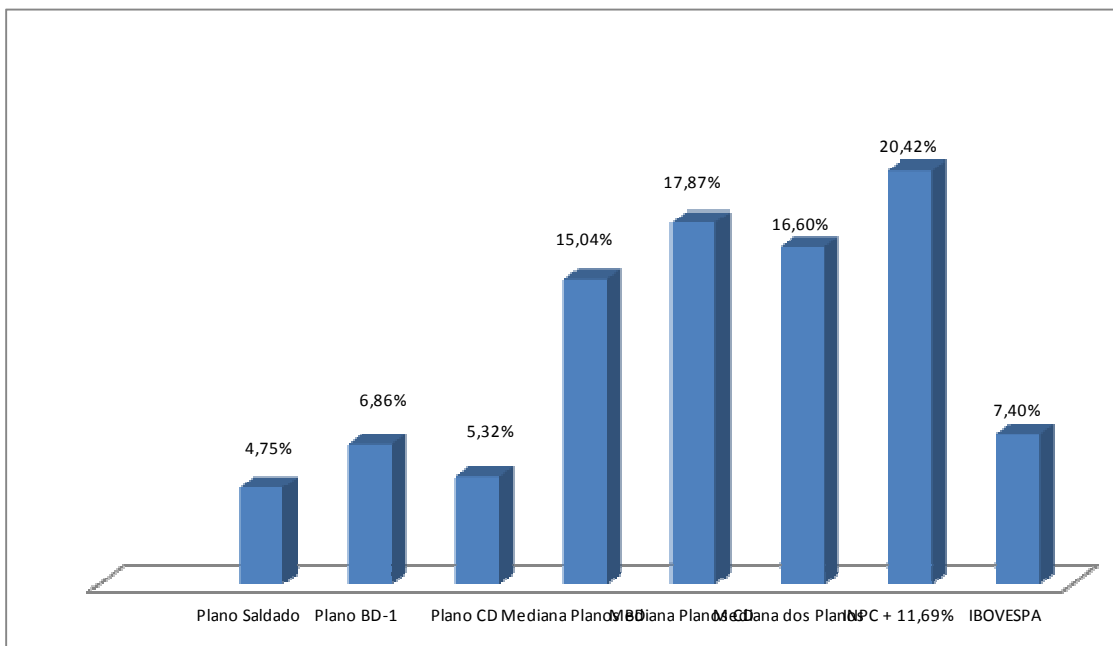
10. RENTABILIDADE DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

Os gráficos a seguir demonstram a rentabilidade alcançada pelos Planos de Benefícios no Exercício de 2012, por segmento, comparativamente à mediana, benchmark e meta atuarial.

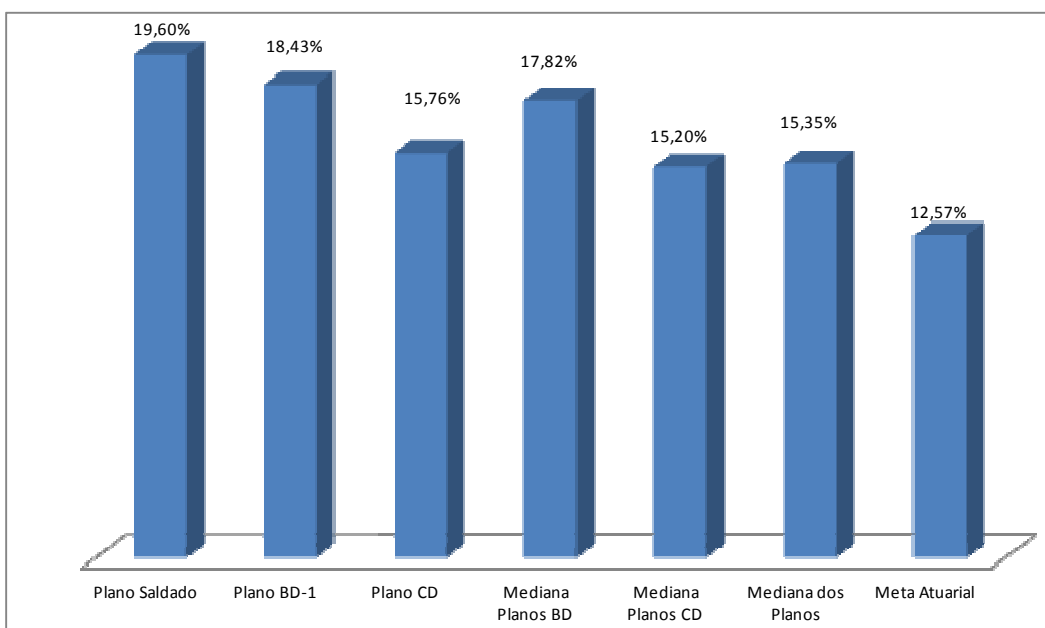
RENDA FIXA



RENDA VARIÁVEL



CONSOLIDADO



11. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas relativas ao Plano Saldado e ao Plano de Contribuição Definida ficam a cargo da Patrocinadora através de reembolso mensal, conforme previsto atuarialmente.

Para o Plano de Benefício Definido (BD-1), o valor para custeio é proveniente da taxa de carregamento sobre as receitas previdenciais correntes. As despesas administrativas ficaram assim detalhadas por rubrica:

	Acumulado Dezembro - R\$
DESPESAS	1.634.084,20
GESTÃO PREVIDENCIAL	885.216,61
DESPESAS COMUNS	726.791,02
Pessoal e Encargos	212.886,30
Treinamentos/Congressos/Seminários	2.035,80
Serviços de Terceiros	422.788,73
Despesas Gerais	81.634,84
Depreciações e Amortizações	4.686,28
Outras Despesas (*)	2.759,07
DESPESAS ESPECÍFICAS	158.425,59
Serviços de Terceiros	158.425,59
INVESTIMENTOS	748.867,59
DESPESAS COMUNS	616.804,77
Pessoal e Encargos	213.991,50
Treinamentos/Congressos/Seminários	2.035,80
Serviços de Terceiros	315.771,55
Despesas Gerais	77.560,72
Depreciações e Amortizações	4.686,13
Outras Despesas (*)	2.759,07
DESPESAS ESPECÍFICAS	132.062,82
Serviços de Terceiros	132.062,82

(*) Outras Despesas:

Despesas do exercício anterior.

12. AÇÕES JUDICIAIS (REFLEXOS)

Em 31.12.2012 o INERGUS registrou diversos processos judiciais referentes a reclamações de Participantes Ativos e Assistidos e de seus sucessores contra os planos de benefícios previdenciários os quais reivindicam a inflação expurgada, relativa aos Planos Bresser, Collor e outros índices, sobre devoluções de contribuições. Estes processos se encontram com variados estágios de julgamento, inclusive com valores depositados em juízo. A Administração, consubstanciada na opinião dos seus consultores jurídicos, bem como de acordo com a metodologia e critérios estabelecidos para identificação das ações que se enquadrem na classificação de provável, possível ou remota, em relação a decisões desfavoráveis ao INERGUS, avalia que a provisão constituída é suficiente para a cobertura das eventuais perdas.

A Entidade, até o final do Exercício, acompanhou 69 ações judiciais que resultam em impacto negativo nas despesas administrativas e no resultado do Plano BD-1 (Plano de Origem), gerando a necessidade de adequação do plano de custeio previdencial.

13. GLOSSÁRIO:

Ativo do Plano: somatório de todos os bens e direitos do Plano de Benefícios.

Custeio Administrativo: valor destinado à cobertura das despesas decorrentes da administração dos Planos de Benefícios de uma EFPC, conforme definido nos Regulamentos e respectivos planos de custeio.

Despesa Administrativa: valor gasto com a administração do Plano de Benefícios.

Despesas Comuns: gastos atribuídos ao conjunto de planos de benefícios administrados pela EFPC.

Despesas Específicas: gastos atribuídos a cada plano de benefícios.

Despesas Previdenciais: valores pagos ou devidos a título de Benefício, Resgate ou Portabilidade, de acordo com o Regulamento do Plano de Benefícios.

Déficit Técnico: insuficiência patrimonial para cobertura dos compromissos do Plano de Benefícios.

Equilíbrio Técnico Atuarial: expressão utilizada para denotar a igualdade entre o total dos recursos garantidores de um Plano de Benefícios, acrescido das contribuições futuras, e o total dos compromissos atuais e futuros desse plano.

Exigível Atuarial: conta contábil que registra o total das Reservas Matemáticas do Plano de Benefícios.

Fundo Administrativo: aquele destinado à cobertura de despesas administrativas futuras do Plano de Benefícios.

Fundo Previdencial: valor definido pelo atuário com o objetivo de cobertura da anti-seleção de riscos, oscilações de riscos ou mesmo para alocar recursos destinados a futuras alterações do Plano de Benefícios.

Meta Mínima Atuarial: valor mínimo esperado para o retorno de investimentos dos recursos garantidores do Plano de Benefícios, geralmente fixado como sendo a taxa de juros adotada na avaliação atuarial conjugada com o Índice do Plano.

Operações Administrativas: registra, exclusivamente, o patrimônio e os resultados da gestão administrativa não contemplados nos planos de benefícios.

Patrimônio Social: compreende o patrimônio de cobertura do plano e os fundos segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos.

Plano de Custeio: documento elaborado, com periodicidade mínima anual, pelo atuário responsável pelo acompanhamento do Plano de Benefícios, no qual é estabelecido o nível de contribuição necessário à constituição das suas reservas garantidoras de benefícios, fundos e provisões, e à cobertura das demais despesas, em conformidade com os critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador.

Provisão Matemática: conta contábil que registra o valor da Reserva Matemática do Plano de Benefícios.

Provisão Matemática de Benefícios a Conceder: conta contábil que registra o valor da Reserva Matemática de Benefícios a Conceder do Plano de Benefícios.

Provisão Matemática de Benefícios Concedidos: conta contábil que registra o valor da Reserva Matemática de Benefícios Concedidos do Plano de Benefícios.

Receitas: contribuições pagas ou devidas pelos patrocinadores, participantes e assistidos, de acordo com o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano de Benefícios.

Recursos Garantidores: parcela do Ativo destinada à cobertura dos benefícios oferecidos pelo plano. Corresponde à diferença entre o Ativo do Plano e os exigíveis: operacional, financeiro, administrativo e assistencial, bem como os fundos previdencial e administrativo.

Taxa de Administração: Cobrada sobre os Recursos Garantidores.

Taxa de Carregamento: percentual incidente sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos planos no exercício a que se referir.

14. AGRADECIMENTOS

Finalizando, a Diretoria Executiva do INERGUS agradece a confiança e o apoio recebidos da Patrocinadora Instituidora, dos Participantes Ativos e Assistidos, dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. Agradece ainda o empenho do corpo de colaboradores para a consecução dos objetivos da Entidade.

A DIRETORIA EXECUTIVA